



ORDEM DOS MÉDICOS

# Contas 2020

---





## SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

### Introdução

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei e nos Estatutos da Ordem dos Médicos (EOM), Lei nº 117/2015 de 31 de agosto, que determina que anualmente seja apresentado o Relatório e Contas e que a OM elabora anualmente um relatório sobre a prossecução das suas atribuições (artigo 160º dos EOM), apresentam-se mapas de pormenor com a informação considerada mais relevante, com o objetivo de facilitar uma melhor compreensão e análise da situação económica e financeira da OM e da execução orçamental do ano de 2020.

A OM é constituída por cinco unidades orgânicas – Região do Sul, Região do Centro, Região do Norte, Fundo de Solidariedade e Conselho Nacional, todas elas dotadas de orçamentos e contas autónomas. As três primeiras têm inclusivamente as contas aprovadas por órgãos estatutários próprios, pelo que as contas da OM resultam da “consolidação” das contas destas unidades.

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020, apesar da especificidade da atividade da Ordem, não se perspetivarem impactos que comprometam o normal funcionamento, teve impacto ao nível da dinâmica da sua atividade, inviabilizando muitas das atividades previstas e orçamentadas, o que conduziu a um resultado líquido muito superior ao previsto.

O impacto foi transversal a praticamente todas as rubricas de rendimentos e de gastos que ficaram abaixo da execução do ano anterior e abaixo do orçamento.

### Balanço

O ano de 2020 contribuiu para o reforço dos fundos patrimoniais em 2.046.813 euros. O ativo total cresceu 2.5%, tendo passado de 55.060.414 euros para 56.453.755 euros. O passivo total diminuiu (21,8%), tendo passado de 2.996.041 euros para 2.342.569 euros.

	2020	Varição 2019/2020	2019
Total do ativo	56.453.755	1.393.341	55.060.414
Total do passivo	2.342.569	-653.472	2.996.041
Total dos fundos patrimoniais	54.111.185	2.046.813	52.064.373

## Rendimentos

Os rendimentos da OM, em 2020, ascenderam a 11.808.060 euros, conforme mapa abaixo:

	2020	Variação 2020/2019	2019	Orçamento 2020	Desvio face ao orçamento	Desvio % face ao orçamento
Vendas	1.607	-2.760	4.366	6.153	-4.547	-73,89%
Prestações de serviços	10.908.185	198.434	10.709.751	10.883.181	25.004	0,23%
Subsídios	1.218	-182.732	183.950		1.218	100,00%
Reversões	116.881	-95.011	211.892	367.000	-250.119	-68,15%
Outros rendimentos	770.000	-135.271	905.271	817.274	-47.274	-5,78%
Juros	10.161	-25.821	35.982	21.550	-11.389	-52,85%
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>11.808.060</b>	<b>-243.161</b>	<b>12.051.211</b>	<b>12.095.158</b>	<b>-287.108</b>	<b>-2,37%</b>

Constata-se que a execução orçamental apresentou um desvio negativo de 2.37 %, ou seja, houve um rendimento inferior em 2.37%. Comparativamente ao ano de 2019 registou-se também uma quebra de 243.181 euros, o que corresponde a 2%.

A rubrica “Reversões de perdas por imparidade” ficou aquém do orçamentado, o que se traduz por uma inferior recuperação de quotizações face ao estimado.

As rubricas “Prestações de serviços” e os “Outros rendimentos”, por serem as mais relevantes para o rendimento da Ordem do Médicos, sendo responsáveis por 99% do total, são detalhadas na tabela abaixo.

	2020	2019	Variação 2019/2020	Variação % 2019/2020
<b>Prestação de serviços</b>				
Quotizações	9.359.376	9.073.453	285.922	3,15%
Jóias	506.992	503.020	3.972	0,79%
Inscrições e propinas	441.598	436.479	5.119	1,17%
Promoções para captação de recursos	2.948	48.084	-45.136	-93,87%
Patrocínios	515.883	519.962	-4.079	-0,78%
Serviços secundários	81.388	128.752	-47.364	-36,79%
<b>Subtotal prestações de serviços</b>	<b>10.908.185</b>	<b>10.709.751</b>	<b>198.434</b>	<b>1,85%</b>
<b>Outros rendimentos</b>				
Alugueres de equipamento	425	887	-462	-52,05%
Sinistros		3.138	-3.138	100,00%
Rendas e alugueres	249.525	393.460	-143.935	-36,58%
Prediais	242.574	236.256	6.318	2,67%
Ativos fixos tangíveis	33.645	42.196	-8.551	-20,26%
Outros rendimentos	243.831	229.334	14.497	6,32%
<b>Total de outros rendimentos</b>	<b>770.000</b>	<b>905.271</b>	<b>-135.271</b>	<b>-14,94%</b>

O aumento verificado na rubrica “quotizações” ficou a dever-se ao aumento do número de médicos inscritos e não por aumento das quotas.



## Gastos

Os gastos da OM, em 2020, ascenderam a 9.717.604 euros, conforme mapa abaixo:

	2020	Varição 2020/2019	2019	Orçamento 2020	Desvio face ao orçamento	Desvio % face ao orçamento
Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas	1.130	-1.976	3.106	8.473	-7.344	-86,67%
Fornecimentos e serviços externos	4.402.864	-911.287	5.314.151	5.817.992	-1.415.128	-24,32%
Gastos com o pessoal	3.273.858	11.144	3.262.714	3.401.188	-127.330	-3,74%
Gastos de depreciação e amortizações	842.705	24.398	818.307	829.744	12.962	1,56%
Perdas por imparidade	560.588	102.325	458.263	687.000	-126.412	-18,40%
Outros gastos	636.459	-232.853	869.312	529.263	107.196	20,25%
<b>Total de Gastos</b>	<b>9.717.604</b>	<b>-1.008.249</b>	<b>10.725.853</b>	<b>11.273.660</b>	<b>-1.556.056</b>	<b>-13,80%</b>

Constata-se que a execução orçamental apresentou um desvio negativo de 13,8%, ou seja, houve um gasto inferior em 1.556.056 euros. Comparativamente ao ano de 2019, registou-se também uma diminuição em 1.008.249 euros, o que corresponde a 9,4%.

Na principal rubrica de gastos - "Fornecimentos e serviços externos", verificou-se um decréscimo de 1.415.128 euros relativamente ao orçamentado, o que corresponde a 24,3%.

Na segunda rubrica de gastos - "Gastos com o pessoal", não se verificou nenhum desvio significativo (3,74 % abaixo do orçamentado).

Na rubrica "Outros gastos" verificou-se um desvio positivo e é explicado principalmente pelos gastos do CN, que correspondem a 54,5% do total desta rubrica. Este desvio é explicado pelo, o concurso para Bolsas de formação lançado em 2020, foi orçamentado em 210.000 e integralmente contabilizado como gasto, contudo na orçamentação enquadrou-se este montante na rubrica Fornecimentos e serviços externos, mas acabou por ser contabilizada corretamente nesta rubrica de "outros gastos", pelo que o desvio líquido é de sinal contrário e de 102.804 euros. O desvio relativamente a 2019 é explicado por uma despesa do CN de bolsas para formação, no montante de 175.950 euros, subsidiadas pela Fundação La Caixa. Esta despesa foi integralmente coberta com receita que está incluída na rubrica "subsídio", não tendo por isso qualquer impacto nos resultados da Ordem, de 2019.

A rubrica "Perdas por imparidade" teve um decréscimo face ao orçamento de 18,4, no entanto teve um reforço maior quando comparada com 2019. Este montante é apurado no final do ano analisando a posição dos devedores, nomeadamente das quotizações em dívida por parte dos associados, que se mantêm com níveis de incumprimento elevado apesar dos esforços de cobrança das Regiões.

O peso crescente das quotas pagas pelos associados, como principal fonte de receita da OM e o elevado montante em dívida, têm merecido a atenção e a reflexão dos órgãos de gestão. Para fazer face a este problema está previsto o início do processo de cobrança tributária, no entanto em 2020 ainda não foi possível concretizar. Simultaneamente a implementação do "regulamento de quotas, taxas e emolumentos", entrou em vigor no dia 1 de agosto de 2019, contributo para a melhoria da receita.



**Resultado**

No balanceamento dos rendimentos e gastos foi apurado um resultado positivo de 2.090.446,42 euros, que irá ser aplicado da seguinte forma: 562.640,74 euros em “Fundos” e o remanescente em “Resultados Transitados”.

	2020	Variação 2020/2019	2019	Orçamento 2020	Desvio face ao orçamento	Desvio % face ao orçamento
<b>Total de Rendimentos</b>	11.808.050	-243.161	12.051.211	12.095.158	-287.108	-2,37%
<b>Total de Gastos</b>	9.717.604	-1.008.249	10.725.853	11.273.660	-1.556.056	-13,80%
<b>Resultados antes de impostos</b>	2.090.446	765.088	1.325.358	821.498	1.268.949	154,47%
<b>Imposto estimado</b>				1.000	-1.000	-100,00%
<b>Resultado líquido</b>	2.090.446	765.088	1.325.358	820.498	1.269.949	154,78%



Execução Orçamental 2020

Rubricas	Orçamento 2020	Varição orç/2020	Executado 2020	executado 2019
Vendas	6.153	-73,89%	1.607	4.366
Prestações de serviços	10.883.181	0,23%	10.908.185	10.709.751
Subsídios		100,00%	1.218	183.950
Reversões	367.000	-68,15%	116.881	211.892
Outros rendimentos	817.274	-5,78%	770.000	905.271
Juros	21.550	-52,85%	10.161	35.982
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>12.095.158</b>	<b>-2,37%</b>	<b>11.808.050</b>	<b>12.051.211</b>
<b>Custo da mercadoria vendidas e matérias consumidas</b>	<b>8.473</b>	<b>-86,67%</b>	<b>1.130</b>	<b>3.106</b>
Fornecimentos e serviços externos	5.817.992	-24,32%	4.402.864	5.314.151
Gastos com o pessoal	3.401.188	-3,74%	3.273.858	3.262.714
Gastos de depreciação e amortizações	829.744	1,56%	842.705	818.307
Perdas por imparidade	687.000	-18,40%	560.588	458.263
Outros gastos	529.263	20,25%	636.459	869.312
<b>Total de Gastos</b>	<b>11.273.660</b>	<b>-13,80%</b>	<b>9.717.604</b>	<b>10.725.853</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>821.498</b>	<b>154,47%</b>	<b>2.090.446</b>	<b>1.325.358</b>
<b>Imposto estimado</b>	<b>1.000</b>	<b>-100,00%</b>		
<b>Resultado líquido</b>	<b>820.498</b>	<b>154,78%</b>	<b>2.090.446</b>	<b>1.325.358</b>

Bastonário

Tesoureira

Dr. Miguel Guimarães

Dr.ª Susana Vargas



## **Demonstrações financeiras**



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
Rubricas	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.1; 5	22.656.909,12	23.166.684,30
Bens do património histórico e cultural	3.1; 6	425.038,90	412.687,50
Ativos fixos intangíveis	3,1; 7	143.743,54	210.746,03
Investimentos financeiros	8	179.324,14	174.441,29
<b>Subtotal</b>		<b>23.405.015,70</b>	<b>23.964.559,12</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3,1; 9	84.271,16	83.217,38
Creditos a receber	12.1	112.686,81	135.417,05
Estado e outros entes públicos	15.1	50.885,31	33.337,97
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	12.1; 12.2	5.910.784,79	4.259.665,20
Diferimentos	15.2	160.075,76	142.478,11
Outros activos correntes	12.1	823.165,77	858.221,96
Caixa e depósitos bancários	4	25.906.869,39	25.583.516,85
<b>Subtotal</b>		<b>33.048.738,99</b>	<b>31.095.854,52</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>56.453.754,69</b>	<b>55.060.413,64</b>
<b>Fundos patrimoniais e passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	15.7	40.640.495,28	40.158.787,79
Resultados transitados	15.7	6.545.824,84	5.747.955,28
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	4.834.418,84	4.832.271,81
<b>Subtotal</b>		<b>52.020.738,96</b>	<b>50.739.014,88</b>
Resultado líquido do período	15.7	2.090.446,42	1.325.357,94
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>54.111.185,38</b>	<b>52.064.372,82</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras dívidas a pagar	12.1	697.090,01	991.965,42
<b>Subtotal</b>		<b>697.090,01</b>	<b>991.965,42</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.1	429.504,16	488.041,53
Estado e outros entes públicos	15.1	116.006,45	106.915,82
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	12.1	43.571,06	68.183,01
Financiamentos Obtidos		4.436,31	3.839,13
Diferimentos	15.2	31.687,05	31.443,48
Outros passivos correntes	12.1	1.020.274,27	1.305.652,43
<b>Subtotal</b>		<b>1.645.479,30</b>	<b>2.004.075,40</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.342.569,31</b>	<b>2.996.040,82</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>56.453.754,69</b>	<b>55.060.413,64</b>

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr.ª Susana Vargas



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2020			
Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	10.909.791,42	10.714.116,86
Subsídios doações e legados à exploração	10	1.217,85	183.950,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1.129,66	-3.106,08
Fornecimentos e serviços externos	15.3	-4.402.863,78	-5.314.151,32
Gastos com pessoal	13	-3.273.858,04	-3.262.714,08
Ajustamentos de inventários (perdas/ reversões)	9	2.142,16	6.680,95
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	-510.849,49	-318.051,19
Outros rendimentos	10	769.999,78	905.270,58
Outros gastos	15.4	-636.459,37	-869.312,03
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2.857.990,87</b>	<b>2.042.683,69</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	14	-777.705,30	-753.307,35
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.080.285,57</b>	<b>1.289.376,34</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10	10.160,85	35.981,60
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.090.446,42</b>	<b>1.325.357,94</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2.090.446,42</b>	<b>1.325.357,94</b>

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr.ª Susana Vargas



Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais de 2019 e 2020					
Descrição	Fundos	Resultados transitados	Outras variações no fundos	Resultado líquido do período	Total
Posição a 31 de dezembro de 2018 (ESNL)	39.121.816,38	4.862.632,03	4.831.839,78	2.100.730,27	50.917.018,46
Posição a 01 de Janeiro de 2019 (ESNL)	39.121.816,38	4.862.632,03	4.831.839,78	2.100.730,27	50.917.018,46
Resultado líquido do período de 2018	712.281,75	1.102.403,17		-2.100.730,27	-286.045,35
Subsídios doações legados			3.385,00		3.385,00
Outras variações	324.689,66	-217.079,93	-2.952,97	1.325.357,94	1.430.014,70
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>40.158.787,79</b>	<b>5.747.955,28</b>	<b>4.832.271,81</b>	<b>1.325.357,94</b>	<b>52.064.372,82</b>
Posição a 01 de Janeiro de 2020 (ESNL)	40.158.787,79	5.747.955,28	4.832.271,81	1.325.357,94	52.064.372,82
Resultado líquido do período de 2019	352.699,77	972.658,17		-1.325.357,94	
Outras variações	129.007,72	-174.788,61	2.147,03	2.090.446,42	2.046.812,56
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>40.640.495,28</b>	<b>6.545.824,84</b>	<b>4.834.418,84</b>	<b>2.090.446,42</b>	<b>54.111.185,38</b>

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr.ª Susana Vargas



Demonstração de Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2020			
Rubricas	Notas	2020	2019
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de associados e clientes		9.202.750,23	9.858.744,21
Pagamentos de subsídios	4	-116.651,59	-125.067,00
Pagamento a associados e fornecedores		-5.988.439,04	-6.446.443,52
Pagamentos ao pessoal		-2.105.614,33	-2.026.211,44
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>992.045,27</b>	<b>1.261.022,25</b>
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-58.305,68	-25.663,60
Outros recebimentos / pagamentos		-591.435,94	841.964,24
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>		<b>342.303,65</b>	<b>2.077.322,89</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Investimento</b>			
<b>Pagamentos de :</b>			
Activos fixos tangíveis		-189.787,78	-95.427,88
Activos fixos Intangíveis		-6.789,60	-12.895,82
Investimentos financeiros		-210,02	-477,76
<b>Recebimentos de :</b>			
Activos fixos tangíveis		79.153,85	146.957,11
Outros ativos			15.470,29
Investimentos Financeiros		86.710,00	83.375,00
Juros e rendimentos similares		11.972,44	21.829,04
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Investimento (2)</b>		<b>-18.951,11</b>	<b>158.829,98</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento (3)</b>			
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>323.352,54</b>	<b>2.236.152,87</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>25.583.516,85</b>	<b>23.347.363,98</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>25.906.869,39</b>	<b>25.583.516,85</b>

CC 18559

Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário

Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro

Dr.ª Susana Vargas



## ANEXO

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – **Designação da Entidade:** Ordem dos Médicos

1.2 – **NIPC:** 500984492

1.3 – **Sede:** Av. Almirante Gago Coutinho, nº 151 em Lisboa

1.4 – **Natureza da atividade:** A Ordem dos Médicos é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei nº 29171 de 24 de novembro de 1938, a quem compete representar mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos Médicos e superintender os aspetos relacionados com o exercício da profissão.

Em 2015 o Estatuto da Ordem dos Médicos foi alterado, por força da Lei 117/2015, de 31 de agosto, alinhado com a Lei nº2/2013, de 10 de janeiro.

1.5 – **A Estrutura Funcional da Entidade:** A Ordem dispõe de órgãos próprios e a sua organização interna está sujeita ao princípio da separação de poderes, conforme art.º 10.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

A Ordem tem âmbito nacional e sede em Lisboa e está estruturada nas regiões do Norte, do Centro e do Sul, as quais têm sede, respetivamente, no Porto, em Coimbra e em Lisboa, conforme ponto 1 do art.º 2.º da Lei n.º 117/2015, de 31 de agosto.

1.6 – **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

### 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo decreto-lei nº36-A/2011 de 9 de março de 2011.

#### Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho NCRF\_ESNL
- Portaria 220/2015 de 24 de julho – modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas
- Decreto-lei nº 98/2015, 2 de junho;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeira;
- Portaria 106/2011, 14 de março – Código de Contas;
- Aviso nº 6726-B/2011-14 de março – NCRF-ESNL;
- Portaria nº 986/2009, 07 de setembro,
- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho- SNC



**2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3 – Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.**

As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os montantes de 2019.

### **3. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 – Bases de apresentação usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

##### **a) Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins;

##### **b) Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente, divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas «Devedores e credores por acréscimos» e «Diferimentos»;

##### **c) Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes;

##### **d) Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem



as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo;

#### e) Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados;

#### f) Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- A razão para a reclassificação.

### 3.2 – Políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem dos Médicos de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

#### 3.2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

##### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, exceto imóveis que se encontram valorizados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, segundo o método das quotas constantes.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 10 anos



As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registados como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, de acordo com o pretendido pelo Conselho Diretivo.

**b) Bens do património histórico e cultural**

Bens do Património Histórico e Cultural, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os bens na localização e condições necessárias para operarem na forma pretendida. No caso de bens doados, os registos têm por base os valores presentes nas declarações dos doadores.

Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis, sendo apresentados nas demonstrações financeiras pelo respetivo valor líquido de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Não há situações de perdas de imparidade de bens do património histórico e cultural.

**c) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos. O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

**d) Imparidades de ativos**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

**e) Outros ativos financeiros**

Os outros ativos financeiros são valorizados ao preço de custo.

**f) Inventários**

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição deduzidas de eventuais perdas por imparidade. Utiliza-se o custo médio como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

**g) Rédito**



O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

#### **h) Imposto sobre o rendimento**

A Ordem dos Médicos está abrangida pela isenção de Imposto sobre as Pessoas Coletivas ao abrigo do nº1 do Artº10 do CIRC, a determinação da matéria Coletável é efetuada somente sobre os rendimentos referidos no nº3 do mesmo artigo.

O cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, foi apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos (rendas, juros bancários).

#### **i) Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.**

A entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a originar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras.

#### **j) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### **j1) Associados e membros, créditos a receber e outros ativos correntes**

Estão mensuradas ao custo deduzidas de qualquer perda de imparidade, por forma a refletirem o seu valor realizável líquido.

Estas dívidas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;



**j2) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo. As dívidas a fornecedores e a outras entidades são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial;

**j3) Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos";

**j4) Caixas e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos realizáveis;

**j5) Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo de empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Ordem dos Médicos.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

**3.2.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e assumidos diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

**3.2.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Médicos.

**3.2.4 - IMPACTOS DA PANDEMIA COVID 19**

O ano de 2020 foi um ano particularmente atípico, pelo aparecimento da infeção pelo vírus SARS-COV-2 e que teve impactos em todos os setores da economia.

A Ordem dos Médicos não foi exceção, e apesar da especificidade da sua atividade, embora os impactos não tenham comprometido o normal funcionamento, teve efeito ao nível da dinâmica da sua atividade, inviabilizando muitas das atividades previstas e orçamentadas, o que conduziu a um resultado líquido muito superior ao previsto, na medida em que o impacto foi transversal a praticamente todas as rubricas de rendimentos e de gastos que ficaram abaixo da execução do ano anterior e abaixo do orçamento.

Adicionalmente, e não obstante ter havido um aumento na emissão de quotas, relativamente às do 2º semestre houve uma deliberação do Conselho Regional do Norte em 8 de Abril de 2020 que aprovou o deferimento na cobrança das mesmas apenas para o início de 2021, como forma de auxiliar os médicos nesta fase crítica da pandemia. Esta medida não teve consequências ao nível da execução orçamental, mas implicou uma diminuição temporária das disponibilidades (Caixa e Depósitos Bancários) dessa Seção Regional.

### 3.2.5 – Eventos subsequentes

Apesar da incerteza e dos impactos que decorrem da 3ª vaga da pandemia mundial COVID-19 em 2021, que conduziu e vai certamente conduzir a vários estados de emergência, não temos conhecimento de nenhum constrangimento grave que impeça a continuidade das operações da Ordem. Esperamos prosseguir com a nossa atividade e não existem outros eventos relevantes após a data do balanço, com impacto nas demonstrações financeiras de dezembro 31, 2020.

Com a pandemia Covid-19, foram adiados vários investimentos, nomeadamente os relacionados com a recuperação do telhado do edifício sede, que se prevê poderem ser realizados em 2021.

## 4 - FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, esta demonstração mostra as principais componentes de recebimentos e pagamentos brutos, a partir dos registos contabilísticos.

Abaixo é apresentada a desagregação nos montantes inscritos em caixa e depósitos bancário.

Descrição	2020	2019
<b>Ativo corrente</b>		
Caixa	11.872,52	13.652,29
Depósitos à ordem	9.694.874,19	13.699.684,58
Outros depósitos bancários	16.200.122,68	11.870.179,98
<b>Total caixa e depósitos bancários</b>	<b>25.906.869,39</b>	<b>25.583.516,85</b>

## 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram efetuadas, pelo método das quotas constantes.

ORDEM DOS MÉDICOS  
Contas 2020



A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2019	Adições	Abates/transfere ncias	2020
Terrenos e recursos naturais	4.464.349,72			4.464.349,72
Edifícios e outras construções	29.863.127,62	22.951,64		29.886.079,26
Equipamento básico	1.333.170,55	8.624,99		1.341.795,54
Equipamento de transporte	30.000,00			30.000,00
Equipamento administrativo	4.418.539,73	126.918,15	-2.466,15	4.542.991,73
Outros ativos fixos tangíveis	796.626,46	16.199,08		812.825,54
Investimentos em curso		14.650,78		14.650,78
<b>Total ativos fixos tangíveis</b>	<b>40.905.814,08</b>	<b>189.344,64</b>	<b>-2.466,15</b>	<b>41.092.692,57</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>17.544.129,78</b>	<b>762.934,86</b>	<b>1.281,19</b>	<b>18.305.783,45</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>195.000,00</b>		<b>65.000,00</b>	<b>130.000,00</b>
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>23.166.684,30</b>	<b>-573.590,22</b>	<b>63.815,04</b>	<b>22.656.909,12</b>

	2018	Adições	Abates/transfere ncias	2019
Terrenos e recursos naturais	4.464.349,72			4.464.349,72
Edifícios e outras construções	29.833.665,62	29.462,00		29.863.127,62
Equipamento básico	1.331.345,03	3.544,40	-1.718,88	1.333.170,55
Equipamento de transporte	30.000,00			30.000,00
Equipamento administrativo	4.364.869,48	65.713,88	-12.043,63	4.418.539,73
Outros ativos fixos tangíveis	783.572,63	14.412,83	-1.359,00	796.626,46
<b>Total ativos fixos tangíveis</b>	<b>40.807.802,48</b>	<b>113.133,11</b>	<b>-15.121,51</b>	<b>40.905.814,08</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>	<b>16.755.436,29</b>	<b>800.694,01</b>	<b>12.000,52</b>	<b>17.544.129,78</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>260.000,00</b>		<b>65.000,00</b>	<b>195.000,00</b>
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>23.792.366,19</b>	<b>-687.560,90</b>	<b>61.879,01</b>	<b>23.166.684,30</b>

No período de 2019 e 2020 destaca-se o registo de reversões de perdas de imparidade, no montante de 65.000 euros, relativamente ao imóvel da Casa do Médico de São Rafael afeto à Região Sul. O justo valor do imóvel teve por base a avaliação efetuada por peritos independentes em 2014. À semelhança dos anos anteriores em 2020 optou-se manter o valor do imóvel, pelo que as perdas de imparidade foram anuladas por montante igual às depreciações.



## 6 – BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

As quantias escrituradas no início e fim do período desenvolvidas, não apresentam variação conforme mostrado abaixo:

	2019	Adições	Abates	2020
Bens do património Histórico e Cultural	412.687,50	12.351,40		425.038,90
<b>Total</b>	<b>412.687,50</b>	<b>12.351,40</b>		<b>425.038,90</b>

	2018	Adições	Abates	2019
Bens do património Histórico e Cultural	403.487,50	9.200,00		412.687,50
<b>Total</b>	<b>403.487,50</b>	<b>9.200,00</b>		<b>412.687,50</b>

## 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2019	Aumentos	abates/tanf.	2020
Programas de computador	209.478,81	193.156,96		402.635,77
Propriedade industrial	874,13			874,13
Outros ativos intangíveis	15.621,00	0,00		15.621,00
Investimentos em curso	180.389,01	0,00	-180.389,01	0,00
<b>Ativo intangível bruto</b>	<b>406.362,95</b>	<b>193.156,96</b>	<b>-180.389,01</b>	<b>419.130,90</b>
Amortizações acumuladas	195.616,92	79.770,44		275.387,36
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>210.746,03</b>	<b>113.386,52</b>	<b>-180.389,01</b>	<b>143.743,54</b>

	2018	Aumentos	abates/tanf.	2019
Programas de computador	177.339,90	32.138,91		209.478,81
Propriedade industrial	874,13			874,13
Outros ativos intangíveis	15.621,00	0,00		15.621,00
Investimentos em curso	198.152,67	3.638,34	-21.402,00	180.389,01
<b>Ativo intangível bruto</b>	<b>391.987,70</b>	<b>35.777,25</b>	<b>-21.402,00</b>	<b>406.362,95</b>
Amortizações acumuladas	178.003,58	17.613,34		195.616,92
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>213.984,12</b>	<b>18.163,91</b>	<b>-21.402,00</b>	<b>210.746,03</b>



## 8 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O movimento registado nesta rubrica é mostrado abaixo:

	2019	Aumentos	Distribuição de resultados/reembolsos	Ganhos/perdas pelo resultado líquido da participada	2020
<b>Método da equivalência patrimonial</b>					
Sano-Seguros - Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.	166.238,61		86.710,00	89.559,00	169.087,61
<b>TOTAL</b>	<b>166.238,61</b>		<b>86.710,00</b>	<b>89.559,00</b>	<b>169.087,61</b>
Fundos de compensação	8.202,68	2.483,55	449,70		10.236,53
<b>TOTAL</b>	<b>8.202,68</b>	<b>2.483,55</b>	<b>449,70</b>		<b>10.236,53</b>
<b>TOTAL</b>	<b>174.441,29</b>	<b>2.483,55</b>	<b>87.159,70</b>	<b>89.559,00</b>	<b>179.324,14</b>

A participação da Sano-Seguros encontra-se disponível para venda, espera-se a concretização da venda em 2021.

## 9 – INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

	2020			2019		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	211.343,41	127.072,25	84.271,16	212.181,79	128.964,41	83.217,38
<b>Total mercadorias</b>	<b>211.343,41</b>	<b>127.072,25</b>	<b>84.271,16</b>	<b>212.181,79</b>	<b>128.964,41</b>	<b>83.217,38</b>

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade dos inventários foi como se segue:

	2020	2019
<b>Mercadorias</b>		
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	128.964,41	143.198,36
Perdas por imparidade do período	250,00	-9.565,00
Reversões de perdas por imparidade do período	-2.142,16	-6.843,45
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>127.072,25</b>	<b>126.789,91</b>
<b>Perdas/reversões por imparidade</b>	<b>-2.142,16</b>	<b>-6.680,95</b>

A quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 detalha-se conforme segue:

	2020	2019
<b>Mercadorias</b>		
Saldo inicial	212.181,79	229.701,53
Compras	173,50	2.947,00
Regularizações	117,78	-17.360,66
Saldo final	211.343,41	212.181,79
<b>Gasto do período - mercadorias</b>	<b>1.129,66</b>	<b>3.106,08</b>



## 10 – RÉDITOS

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	2020	2019
<b>Vendas</b>		
Vendas tabelas hemoderivados	208,20	215,14
Alfinetes medalhas	29,28	195,12
Livros	1.369,12	3.955,99
<b>Subtotal vendas</b>	<b>1.606,60</b>	<b>4.366,25</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Quotizações	9.359.375,66	9.073.453,36
Jóias	506.992,00	503.020,00
Inscrições e propinas	441.597,91	436.478,91
Promoções para captação de recursos	2.948,42	48.083,97
Patrocínios	515.883,14	519.962,21
Serviços secundários	81.387,69	128.752,16
<b>Subtotal prestações de serviços</b>	<b>10.908.184,82</b>	<b>10.709.750,61</b>
<b>Total de vendas e prestações de serviços</b>	<b>10.909.791,42</b>	<b>10.714.116,86</b>
<b>Subsídios e doações</b>	<b>1.217,75</b>	<b>183.950,00</b>
<b>Outros rendimentos</b>		
Alugueres de equipamento	425,34	887,14
Sinistros		3.137,58
Rendas e alugueres	249.524,50	393.459,65
Prediais	242.573,67	236.255,76
Ativos fixos tangíveis	33.645,19	42.196,23
Outros rendimentos	243.831,08	229.334,22
<b>Total de outros rendimentos</b>	<b>769.999,78</b>	<b>905.270,58</b>
<b>Juros</b>		
Juros de depósitos	10.160,85	35.981,60
<b>Total juros</b>	<b>10.160,85</b>	<b>35.981,60</b>
<b>Total do rédito</b>	<b>11.691.169,80</b>	<b>11.839.319,04</b>

O aumento verificado na rubrica “quotizações” fica a dever-se ao aumento do número de médicos inscritos e não á alteração do valor da quota. No que diz respeito ao acréscimo verificado na rubrica “inscrições e propinas” passou a ter alguma relevância com a entrada em vigor, no dia 1 de agosto de 2019 do novo regulamento de quotas e taxas da Ordem dos Médicos.

O montante elevado em 2019 da rubrica “subsídios e doações” está relacionado com o subsídio da Fundação La Caixa no montante de 175.950 euros destinado a Bolsas de formação.

## 11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O resultado fiscal da Ordem para 2020 à semelhança dos anos anteriores foi negativo.



## 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

### 12.1 – Membros, créditos a receber, fornecedores, créditos a receber e outros ativos e passivos correntes.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade	Total
<b>Ativos correntes</b>						
Membros	10.024.493,91	4.113.709,12	5.910.784,79	7.863.305,88	3.603.640,68	4.259.665,20
Créditos a receber	123.014,35	10.327,54	112.686,81	144.963,54	9.546,49	135.417,05
Outros ativos correntes	823.314,77	149,00	823.165,77	858.370,96	149,00	858.221,96
<b>Total ativo corrente</b>	<b>10.970.823,03</b>	<b>4.124.185,66</b>	<b>6.846.637,37</b>	<b>8.866.640,38</b>	<b>3.613.336,17</b>	<b>5.253.304,21</b>
<b>Total do ativo corrente e não corrente</b>	<b>10.970.823,03</b>	<b>4.124.185,66</b>	<b>6.846.637,37</b>	<b>8.866.640,38</b>	<b>3.613.336,17</b>	<b>5.253.304,21</b>
<b>Passivo não corrente</b>						
Membros	697.090,01		697.090,01	991.965,42		991.965,42
<b>Total do passivo não corrente</b>						
Fornecedores	429.504,16		429.504,16	488.041,53		488.041,53
Membros	43.571,06		43.571,06	68.183,01		68.183,01
Outros passivos correntes	1.020.274,27		1.020.274,27	1.305.652,43		1.305.652,43
<b>Total passivo corrente</b>	<b>1.493.349,49</b>		<b>1.493.349,49</b>	<b>1.861.876,97</b>		<b>1.861.876,97</b>
<b>Total passivo corrente e não corrente</b>	<b>2.190.439,50</b>		<b>2.190.439,50</b>	<b>2.853.842,39</b>		<b>2.853.842,39</b>

A rubrica “outros ativos correntes” inclui o montante de 576.272 euros referentes ao Fundo Mutualista do Montepio Geral do Fundo de Solidariedade, e o montante de 235.575,16 da Região Norte, referente ao recebimento no final do ano da ACSS relativo às inscrições dos médicos na prova nacional de acesso, cuja fatura foi emitida no início de 2021.

O montante apresentado no passivo não corrente “Membros” diz respeito às habitações vitalícias afetas à Região Norte.

No passivo na rubrica “outros passivos correntes” estão considerados os acréscimos de gastos. A estimativa para férias e subsídio de férias a liquidar em 2021, e as bolsas a atribuir pela Ordem relativas ao concurso lançado em 2019 e 2020 são as componentes com maior peso desta rubrica.

### 12.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

#### Membros e associados:

O cálculo das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida no cumprimento da característica qualitativa da prudência e do pressuposto da consistência com os anos anteriores.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Os saldos são apresentados no Balanço como mostrado abaixo:

	2020			2019		
	Dívidas de associados	Perdas por imparidade	Total	Dívidas de associados	Perdas por imparidade	Total
Até 2 anos	5.910.784,79		5.910.784,79	4.144.228,90		4.144.228,90
> 2 anos	4.113.709,12	4.113.709,12		3.719.076,98	3.603.640,68	115.436,30
	10.024.493,91	4.113.709,12	5.910.784,79	7.863.305,88	3.603.640,68	4.259.665,20

As reversões e perdas por imparidade de dívidas a receber e membros reconhecidas em 2020 apresentam a seguinte composição:

	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas de imparidade	Total
Dívidas a receber	781,05		781,05
Membros	559.806,79	-49.738,35	510.068,44
	560.587,84	-49.738,35	510.849,49

Apesar dos esforços de cobrança continuam a ser muitos os membros que não liquidam as quotas devidas.

### 13 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	85.992,60	74.776,20
Remunerações do pessoal	2.557.051,01	2.555.056,15
Benefícios pós Emprego	15.948,00	19.198,00
Encargos sobre remunerações	548.336,35	541.377,88
Seguros de acidentes de trabalho	17.957,56	18.816,24
Outros gastos com o pessoal	48.572,52	53.489,61
<b>Total</b>	<b>3.273.858,04</b>	<b>3.262.714,08</b>

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e indemnizações.

A 31 de Dezembro de 2020 a Ordem tinha 117 funcionários ao serviço.

A Ordem não tem quaisquer compromissos relacionados com pensões de reforma.



## 14 – GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIações E REVERSÕES

Abaixo é apresentado o detalhe das depreciações, amortizações e reversões do exercício.

	2020	2019
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	634.000,79	634.875,24
Equipamento básico	10.217,16	17.776,42
Equipamento administrativo	99.392,60	127.637,68
Outros ativos fixos tangíveis	19.324,31	20.404,67
<b>Total de depreciações</b>	<b>762.934,86</b>	<b>800.694,01</b>
<b>Ativos intangíveis</b>		
Programas de computador	79.770,44	17.613,34
<b>Total de amortizações</b>	<b>79.770,44</b>	<b>17.613,34</b>
<b>Reversões de perdas de imparidade de AFT</b>		
Edifícios e outras construções	-65.000,00	-65.000,00
<b>Reversões</b>	<b>-65.000,00</b>	<b>-65.000,00</b>
<b>Total de reversões amortizações e depreciações</b>	<b>777.705,30</b>	<b>753.307,35</b>

## 15 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 15.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
<b>Ativos</b>		
Imposto sobre o rendimento	38.813,64	18.261,22
Retenções na fonte - prediais	11.399,89	15.076,75
Imposto sobre o valor acrescentado	671,78	
<b>Total</b>	<b>50.885,31</b>	<b>33.337,97</b>
<b>Passivos</b>		
Retenção de impostos sobre rendimento	42.910,64	40.136,78
Imposto sobre o valor acrescentado	9.920,00	11.111,19
Contribuições para a segurança social	62.720,01	55.124,72
Outros impostos	455,80	543,13
<b>Total</b>	<b>116.006,45</b>	<b>106.915,82</b>
<b>Total líquido</b>	<b>-65.121,14</b>	<b>-73.577,85</b>

A entidade não tem contribuições nem Impostos em mora, pelo que os montantes inscritos no passivo dizem respeito a contribuições e impostos que se vencem em 2021, e que á data da prestação de contas já se encontram liquidados.




### 15.2 – Financiamentos obtidos

O montante de 4.436.31 euros registado nesta rubrica, diz respeito ao saldo do cartão de crédito que é liquidado no mês seguinte. Este cartão é utilizado para pagamento de pequenas despesas correntes on-line.

### 15.3 – Diferimentos

No ativo esta rubrica inclui diversas naturezas de gastos a reconhecer, sendo os mais relevantes; seguros, comunicações, licenças informáticas, economato e limpeza e artigos para ofertas (medalhas, emblemas entre outros).

No passivo na rubrica “diferimentos” estão incluídos os rendimentos a reconhecer provenientes de rendas.

### 15.4 – Fornecimentos e serviços externos

A quantia de fornecimento e serviços externos reconhecida como gasto do período detalha-se como se segue:

	2020	2019
Trabalhos especializados	1.600.108,95	1.778.096,68
Publicidade e propaganda	23.689,22	25.545,56
Vigilância e segurança	313.868,36	303.327,09
Honorários	370.597,94	375.908,80
Comissões	1.562,00	1.925,00
Conservação e reparação	222.917,23	302.533,33
Serviços bancários	39.203,82	48.422,80
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	26.403,88	22.626,57
Livros e documentação técnica	3.225,57	2.447,50
Material de escritório	65.050,00	61.844,29
Outros materiais	10.113,60	19.580,36
Artigos para oferta	15.294,15	31.155,29
Electricidade	115.752,96	135.999,91
Combustíveis	11.714,17	18.259,74
Água	39.760,77	37.542,39
Gás	31.559,68	29.417,81
Deslocações e estadas	192.140,65	528.297,89
Transportes de pessoal	1.067,62	2.128,51
Transportes de mercadorias	1.045,50	1.599,00
Rendas e alugares	82.929,16	118.609,88
Comunicação	341.296,94	460.801,06
Seguros	338.351,27	329.772,59
Royalties	27.601,29	34.105,92
Contencioso e notariado	11.769,11	4.588,69
Despesas de representação	930,00	1.895,00
Limpeza higiene e conforto	183.521,73	178.653,84
Diversos	331.388,21	459.065,82
<b>Total</b>	<b>4.402.863,78</b>	<b>5.314.151,32</b>

A rubrica de royalties diz respeito aos direitos pagos ao National Board of Medical Examiners (NBME) inerentes à prova nacional de acesso.

A contração de gastos ocorrida nesta rubrica está diretamente relacionada com a Pandemia Covid-19 que teve como consequência direta o cancelamento de grande parte das atividades programadas.

### 15.5 – Outros gastos

A quantia de outros gastos, reconhecida como gasto em 2020 e 2019, detalha-se como se segue:

	2020	2019
Impostos	45.359,84	73.357,00
Subsídios de assistência	125.235,88	132.113,97
Quotizações	47.947,68	54.727,26
Outros	417.915,97	609.113,80
<b>Total</b>	<b>636.459,37</b>	<b>869.312,03</b>

A variação na rubrica de “outros gastos” está relacionada com um pacote de bolsas de formação no montante de 175.950 euros subsidiado em 2019 pela Fundação La Caixa.

Em 2019 e em 2020 estão incluídos nesta rubrica de “outros”, 210.000 euros de Bolsas, referentes ao concurso da Ordem lançado em 2019 e 2020. Estas bolsas são geridas pelo Conselho Nacional.

### 15.6 – Garantias e avales

Existe uma garantia bancária emitida pelo BCP no montante de 15.568 euros, prestada ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS IP), para suspender a ação de execução instaurado pelo ISS IP., relativa a divergências de montantes declarados e pagos, nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Esta situação foi analisada em 2012 e foram efetuadas as necessárias retificações e pagamentos, pelo que desde essa data que a Ordem aguarda que o ISS IP dê o processo por encerrado, para se poder efetuar o levantamento da garantia bancária.

### 15.7 – Passivos contingentes

No ano de 2020 a entidade tinha pendentes alguns processos contra si, uns com pedidos indemnizatórios e outros sem pedidos indemnizatórios. Do total dos processos com pedidos indemnizatórios não se espera que venham a resultar em obrigações futuras significativas passíveis de constituição de provisões.

A Ordem dispõe de um seguro que cobre riscos de ações que lhe possam ser desfavoráveis.



### 15.8 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “fundos patrimoniais” apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Fundos	40.640.495,28	40.158.787,79
Resultados transitados	6.545.824,84	5.747.955,28
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.834.418,84	4.832.271,81
Resultado líquido do período	2.090.446,42	1.325.357,94
<b>Total</b>	<b>54.111.185,38</b>	<b>52.064.372,82</b>

Conforme decidido em Assembleia Geral, 481.707,89 euros foram transferidos para reforço dos Fundos, o remanescente foi transferido para resultados transitados

A variação de 2.147 euros em “outras variações nos fundos patrimoniais” dizem respeito a uma entrada de 5.100 euros de 3 doações á Região Centro, e uma anulação de depreciações no montante de 2.952,97 euros relativo ao subsídio da Câmara Municipal da Guarda à Região Centro.

Propomos que o Resultado líquido do exercício, no montante de 2.090.446,42 euros, seja aplicado da seguinte forma: 562.640,74 euros para os “Fundos” e que o remanescente seja transferido para “Resultados transitados”.

### 15.9 – Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais do Revisor Oficial de Contas, no exercício de 2020, foram de 11.760 euros, relativamente à auditoria e revisão legal de contas.

Lisboa, 21 de abril de 2021

CC 18559  
  
Dr.ª Isabel Proença Adão

Bastonário  
  
Dr. Miguel Guimarães

Tesoureiro  
  
Dr.ª Susana Vargas



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ORDEM DOS MÉDICOS** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 56.453.754,69 euros e um total de fundos patrimoniais de 54.111.185,38 euros, incluindo um resultado líquido de 2.090.446,42 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ORDEM DOS MÉDICOS** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

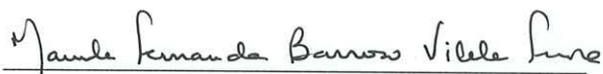
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório relativo à situação económico-financeira**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório relativo à situação económico financeira foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto 27 de abril de 2021



MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira